

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO COLETIVO... 23

1.1.	RAMOS DO DIREITO.....	23
1.2.	CONCEITO	25
1.3.	OUTROS CONCEITOS	28
1.3.1.	Direito Material Coletivo	28
1.3.2.	Tutela Coletiva	30
1.3.3.	Ação Coletiva	32

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO COLETIVO..... 35

2.1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	35
2.1.1.	Resumo Histórico	35
2.1.2.	Teoria das Gerações ou Dimensões dos Direitos Humanos.....	40
2.1.2.1.	1ª Geração dos Direitos Humanos.....	41
2.1.2.2.	2ª Geração dos Direitos Humanos.....	41
2.1.2.3.	3ª Geração dos Direitos Humanos.....	42
2.1.2.4.	4ª Geração dos Direitos Humanos.....	46
2.1.2.5.	5ª Geração dos Direitos Humanos.....	47
2.1.2.6.	Críticas e Elogios.....	47
2.2.	ONDE SE ENQUADRA O PROCESSO COLETIVO DENTRO DAS FASES METODOLÓGICAS DA CIÊNCIA PROCESSUAL.....	48
2.2.1.	1ª Fase: Sincretismo/Civilismo/Imanentismo/Praxismo	48
2.2.2.	2ª fase: Processualismo/Autonomismo/Fase Científica	49
2.2.3.	3ª fase: Instrumentalismo/Teleológica/Fase do Acesso à Justiça	49
2.2.4.	4ª Fase: Neoprocessualismo.....	53

CAPÍTULO 3 – NEOCONSTITUCIONALISMO E PROCESSO COLETIVO..... 55

3.1.	O QUE É O NEOCONSTITUCIONALISMO?	55
3.2.	NOVE REPERCUSSÕES DO NEOCONSTITUCIONALISMO NO PROCESSO CIVIL E PROCESSO COLETIVO.....	61
3.2.1.	Transformações na teoria das fontes do direito	62
3.2.1.1.	Surgimento da teoria dos princípios.....	62
3.2.1.2.	Percepção de que a jurisprudência é fonte do direito.....	64
3.2.1.3.	Alteração na técnica legislativa.....	64
3.2.2.	Transformações na hermenêutica jurídica.....	65
3.2.2.1.	Distinção entre texto e norma	65
3.2.2.2.	Toda atividade interpretativa é criativa.....	65
3.2.2.3.	Surgimento das máximas da proporcionalidade e da razoabilidade..	65
3.3.3.	Relação entre processo e direito constitucional.....	66
3.3.3.1.	Reconhecimento da força normativa da Constituição	67
3.3.3.2.	Aperfeiçoamento da teoria dos direitos fundamentais.....	67
3.3.3.3.	Expansão da jurisdição constitucional.....	68

CAPÍTULO 4 – SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO DIREITO COLETIVO 71

4.1.	INTRODUÇÃO	71
4.2.	DIREITO COLETIVO NO MUNDO.....	71
4.2.1.	História.....	71
4.2.2.	Cenário Atual.....	73
4.2.2.1.	Modelo da Verbansklage (tradicional da Europa-Continental)	73
4.2.2.2.	Modelo das Class Actions (modelo norte-americano)	75
4.3.	DIREITO COLETIVO NO BRASIL	76
4.3.1.	1ª fase.....	76
4.3.2.	2ª fase.....	77
4.3.3.	3ª fase.....	78

CAPÍTULO 5 – MICROSSISTEMA COLETIVO 83

5.1.	INTRODUÇÃO	83
5.2.	COMPETÊNCIA PARA CRIAÇÃO DO DIREITO COLETIVO	84
5.3.	MEDIDA PROVISÓRIA NO DIREITO COLETIVO	86
5.4.	PROJETOS PARA UM CÓDIGO DE PROCESSO COLETIVO	86
5.5.	COMO UTILIZAR AS NORMAS DO MICROSSISTEMA	89

CAPÍTULO 6 – ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO 97

6.1.	PROCESSO COLETIVO COMUM.....	97
6.2.	PROCESSO COLETIVO ESPECIAL.....	98
6.3.	AÇÕES PSEUDOCOLETIVAS	99
6.4.	AÇÕES PSEUDOINDIVIDUAIS	99
6.5.	AÇÕES INDIVIDUAIS COM ALCANCE COLETIVO	104
6.6.	OUTRAS CLASSIFICAÇÕES.....	105
6.6.1.	1ª classificação.....	105
6.6.2.	2ª classificação.....	105
6.6.3.	3ª classificação.....	105
6.6.4.	4ª classificação.....	106
6.6.5.	5ª classificação.....	106
6.6.6.	6ª classificação.....	106

CAPÍTULO 7 – DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO..... 109

7.1.	INTRODUÇÃO	109
7.2.	DIFUSOS (PROPRIAMENTE COLETIVOS).....	112
7.3.	COLETIVOS (PROPRIAMENTE COLETIVOS) “STRICTO SENSU”	115
7.4.	INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS (ACIDENTALMENTE COLETIVOS).....	119
7.5.	DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.....	123
7.6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CLÁSSICA SUBDIVISÃO	126
7.7.	NOVA CLASSIFICAÇÃO?.....	128
7.7.1.	Litígios Transindividuais Globais.....	130
7.7.2.	Litígios Transindividuais Locais.....	131
7.7.3.	Litígios Transindividuais Irrradiados	131
7.7.4.	Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais... 134	

CAPÍTULO 8 – PRINCÍPIOS 137

8.1.	PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO OU ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA OU UBIQUIDADE	137
8.2.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO.....	142
8.2.1.	Princípio da adequada representação	143
8.2.2.	Princípio da certificação da ação coletiva.....	143
8.2.3.	Princípio da competência adequada.....	144
8.2.4.	Princípio da informação aos legitimados	145

8.2.5.	Princípio da publicidade adequada ou ampla divulgação da demanda.....	145
8.2.6.	Princípio da Coisa julgada diferenciada	149
8.3.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO (PARTICIPAÇÃO).....	150
8.4.	PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	156
8.5.	PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E ATIVISMO JUDICIAL.....	161
8.5.1.	Processo Coletivo e Implementação de Políticas Públicas.....	165
8.6.	PRINCÍPIO DA ATIPICIDADE (OU NÃO TAXATIVIDADE) DA TUTELA COLETIVA OU MÁXIMA AMPLITUDE OU ABSOLUTA INSTRUMENTALIDADE.....	174
8.7.	PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.....	177
8.8.	PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE MITIGADA/DISPONIBILIDADE MOTIVADA.....	178
8.9.	PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO.....	180
8.10.	PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DE MÉRITO COLETIVA	185
8.11.	PRINCÍPIO DA MAIOR COINCIDÊNCIA ENTRE O DIREITO E SUA REALIZAÇÃO.....	185
8.12.	PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO.....	187
8.13.	PRINCÍPIO DO MÁXIMO BENEFÍCIO DA TUTELA COLETIVA.....	188
8.14.	PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO.....	189
8.15.	PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO DAS NORMAS DO MICROSSISTEMA	191

CAPÍTULO 9 - COMPETÊNCIA 193

9.1.	CONCEITO	193
9.2.	DISTRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA	194
9.2.1.	1ª Etapa: É o caso de Jurisdição Nacional?.....	195
9.2.2.	2ª Etapa: É competência dos Tribunais de superposição ou de outro órgão jurisdicional atípico?.....	197
9.2.3.	3ª Etapa: Qual a Justiça competente?.....	210
9.2.3.1.	Competência da Justiça Federal.....	212
9.2.4.	4ª Etapa: A competência originária é do Tribunal ou do primeiro grau de jurisdição?.....	230
9.2.5.	5ª Etapa: Qual a competência territorial ou de foro?.....	231
9.2.5.1.	Competência territorial ou funcional?.....	231
9.2.5.2.	Princípio da Competência Adequada.....	233
9.2.5.3.	Ameaça/Dano ou Ilícito local, regional ou nacional?.....	236
9.2.5.4.	Competência de foro previsto na Constituição x competência de foro previsto no art. 2º, LACP c/c art. 93, CDC. Qual prevalece? ...	243
9.2.5.5.	Regras Específicas	244
9.2.5.6.	Cooperação Judiciária	247

9.2.6.	6ª etapa: Qual o juízo competente?	249
9.2.6.1.	Introdução	249
9.2.6.2.	Juizados Especiais Federais	250
9.2.6.3.	Juizados Especiais Estaduais	251
9.2.7.	7ª etapa: Qual é a competência recursal?.....	252
CAPÍTULO 10 - RELAÇÃO ENTRE AÇÕES		253
10.1.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	253
10.1.1.	Introdução.....	253
10.1.2.	Identidade Total	254
10.1.3.	Identidade Parcial	256
10.1.4.	Prevenção.....	260
10.2.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES INDIVIDUAIS	261
CAPÍTULO 11 - CONDIÇÕES DA AÇÃO		267
11.1.	INTRODUÇÃO	267
11.2.	INTERESSE DE AGIR.....	268
11.3.	LEGITIMIDADE	270
11.3.1.	Conceito e Natureza Jurídica	270
11.3.2.	Controle da Representação Adequada – Legitimidade “ope legis” e “ope iudicis”	275
11.3.3.	Ministério Público.....	278
11.3.3.1.	Abrangência da Legitimidade do MP	278
11.3.3.2.	Repartição de Atribuições entre os Ministérios Públicos	286
11.3.3.2.1.	Ministério Público Militar.....	286
11.3.3.2.2.	Ministério Público do Trabalho.....	286
11.3.3.2.3.	Ministério Público Federal.....	286
11.3.3.2.4.	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	287
11.3.3.2.5.	Ministério Público dos Estados.....	287
11.3.4.	Defensoria Pública	288
11.3.5.	Administração Pública Direta e Indireta	294
11.3.6.	OAB	297
11.3.7.	Associações.....	298
11.3.8.	Sindicatos	309
11.3.9.	Cooperativa.....	311
11.3.10.	Comunidade Indígena.....	311

11.3.11. Legitimidade Bifronte ou Intervenção Móvel.....	312
11.3.12. Ação Coletiva Passiva	315
CAPÍTULO 12 - LITISCONSÓRCIO	323
12.1. INTRODUÇÃO	323
12.2. CLASSIFICAÇÕES.....	323
12.3. LITISCONSÓRCIO NO PROCESSO COLETIVO.....	327
12.3.1. Liticonsórcio entre Colegitimados	327
12.3.2. Liticonsórcio entre Legitimado Coletivo e Indivíduo.....	333
12.4. LITISCONSÓRCIO ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS EM DEMANDAS DE SAÚDE.....	339
CAPÍTULO 13 - INTERVENÇÃO DE TERCEIRO.....	345
13.1. CONCEITO.....	345
13.2. FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO	346
13.3. CLASSIFICAÇÕES DE TERCEIROS.....	346
13.4. CABIMENTO.....	347
13.5. VEDAÇÕES	348
13.6. INTERVENÇÕES DE TERCEIROS EM ESPÉCIE.....	349
13.6.1. Assistência.....	349
13.6.1.1. Conceito	349
13.6.1.2. Interesse Jurídico Forte, Direto e Imediato.....	349
13.6.1.3. Interesse Jurídico Fraco, Mediato, Reflexo ou Indireto	350
13.6.1.4. Questões Interessantes.....	352
13.6.2. Denúnciação da Lide.....	353
13.6.2.1. Conceito	353
13.6.2.2. Hipóteses.....	354
13.6.3. Chamamento ao Processo	360
13.6.3.1. Conceito	360
13.6.3.2. Hipóteses.....	361
13.6.3.3. Art. 101, II, CDC.....	363
13.6.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	365
13.6.4.1. Conceito	365
13.6.4.2. Direito Material.....	366
13.6.4.3. Direito Processual.....	367

13.6.4.4.	Procedimento.....	368
13.6.4.4.1.	Legitimidade.....	368
13.6.4.4.2.	Instauração.....	368
13.6.4.4.3.	Pressupostos	369
13.6.4.4.4.	Contraditório	369
13.6.4.4.5.	Fraude à execução.....	370
13.6.5.	<i>Amicus curiae</i> (singular) ou <i>amici curiae</i> (plural).....	371
13.6.5.1.	Conceito	371
13.6.5.2.	Histórico	372
13.6.5.3.	CPC/15.....	373
13.6.5.4.	Natureza Jurídica	375
13.6.5.5.	Poderes	376
13.7.	INTERVENÇÕES ANÔMALAS OU INTERVENÇÕES ESPECIAIS DOS ENTES PÚBLICOS	379

CAPÍTULO 14 - INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS 383

14.1.	INQUÉRITO CIVIL.....	383
14.1.1.	Introdução	383
14.1.2.	Características	385
14.1.2.1.	Objeto do Inquérito Civil	385
14.1.2.2.	Legitimação Exclusiva do Ministério Público	385
14.1.2.3.	Facultatividade	389
14.1.2.4.	Inquisitorialidade (contraditório?)	390
14.1.2.5.	Publicidade Mitigada	392
14.1.2.6.	Autoexecutoriedade	395
14.1.2.7.	Efeitos	396
14.1.2.8.	Valor Probatório	397
14.1.3.	Procedimento	398
14.1.3.1.	Instauração.....	398
14.1.3.1.1.	Inciso I.....	398
14.1.3.1.2.	Inciso II.....	400
14.1.3.1.3.	Inciso III.....	404
14.1.3.2.	Instrução.....	404
14.1.3.3.	Prazo para Conclusão.....	416
14.1.3.4.	Possibilidades	417
14.2.	AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	426

14.3.	COMPROMISSO/TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	430
14.3.1.	Previsão Legal.....	430
14.3.2.	Natureza Jurídica.....	431
14.3.3.	Legitimidade.....	433
14.3.4.	Objeto	435
14.3.5.	Extensão	437
14.3.6.	Cominações.....	437
14.3.7.	Momento	438
14.3.8.	Eficácia	439
14.3.9.	Publicidade.....	440
14.3.10.	Acompanhamento e Execução.....	441
14.3.11.	Termos Incompletos, Defeituosos e com Debilidade Coercitiva.....	443

CAPÍTULO 15 – PROCEDIMENTO JUDICIAL 447

15.1.	INTRODUÇÃO	447
15.2.	PETIÇÃO INICIAL	449
15.3.	PROVIDÊNCIAS POSSÍVEIS DO JUIZ	451
15.4.	TUTELA PROVISÓRIA.....	456
15.2.1.	Introdução	456
15.2.2.	Noções Gerais da Tutela Provisória	457
15.2.2.	Pontos Importantes para o Processo Coletivo	460
15.5.	MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DO CONFLITO	469
15.5.1.	Introdução	469
15.5.2.	Autotutela.....	470
15.5.3.	Arbitragem (Lei nº. 9.307/96).....	471
15.5.4.	Autocomposição	475
15.6.	DEFESA	486
15.6.1.	Contestação.....	486
15.6.2.	Reconvenção.....	489
15.7.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	491

CAPÍTULO 16 – FASE SANEADORA..... 493

CAPÍTULO 17 – FASE INSTRUTÓRIA..... 497

17.1.	ÔNUS DA PROVA.....	497
-------	--------------------	-----

17.2.	REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA	498
17.3.	INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	500
17.3.1.	Inversão Convencional	500
17.3.2.	Inversão Legal.....	501
17.3.3.	Inversão Judicial.....	502
17.4.	PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ	505
17.5.	PROVA EMPRESTADA	506
17.6.	PROVA ESTATÍSTICA NO PROCESSO COLETIVO	508

CAPÍTULO 18 – FASE DECISÓRIA 511

18.1.	INTRODUÇÃO	511
18.2.	PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ	512
18.3.	ELEMENTOS DA SENTENÇA	513
18.4.	PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA.....	514
18.4.1.	Congruência Interna	514
18.4.1.1.	Certeza.....	515
18.4.1.2.	Liquidez.....	515
18.4.1.3.	Clareza e Coerência.....	516
18.4.2.	Congruência Externa	516
18.5.	DANOS MORAIS COLETIVOS X DANOS SOCIAIS.....	522

CAPÍTULO 19 – DECISÃO ESTRUTURAL OU ESTRUTURANTE (PROCESSO ESTRUTURAL) 531

CAPÍTULO 20 – DESPESAS PROCESSUAIS 539

CAPÍTULO 21 –IMPUGNAÇÕES ÀS DECISÕES NAS AÇÕES COLETIVAS 553

21.1.	INTRODUÇÃO	553
21.2.	AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA	553
21.3.	REEXAME NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA	555
21.4.	SUSPENSÃO DE SEGURANÇA	558
21.4.1.	Conceito e Natureza Jurídica	558
21.4.2.	Legitimidade.....	560
21.4.3.	Competência.....	560

21.4.4.	Procedimento	562
21.5.	RECURSOS	566
21.5.1.	Introdução	566
21.5.2.	Cabimento	566
21.5.3.	Legitimidade.....	572
21.5.4.	Interesse Recursal	572
21.5.5.	Fatos Extintivos e Impeditivos do Direito de Recorrer	573
21.5.6.	Requisitos Extrínsecos (Tempestividade, Preparo e Regularidade Formal)	574

CAPÍTULO 22 – COISA JULGADA..... 575

22.1.	CONCEITO.....	575
22.2.	FUNÇÕES DA COISA JULGADA.....	576
22.3.	LIMITES DA COISA JULGADA.....	577
22.3.1.	Limites Territoriais (Art. 16, LACP e art. 2º-A, da Lei n. 9.494/97).....	577
22.3.2.	Limites Temporais	584
22.3.3.	Limites Objetivos.....	585
22.3.4.	Limites Subjetivos (<i>inter partes</i> , <i>ultra partes</i> e <i>erga omnes</i>)	587
22.4.	TÉCNICAS DE FORMAÇÃO DA COISA JULGADA	593
22.5.	TRANSPORTE <i>IN UTILIBUS</i> DA COISA JULGADA	601
22.6.	SUPERAÇÃO DA COISA JULGADA	603

CAPÍTULO 23 – LIQUIDAÇÃO 607

23.1.	INTRODUÇÃO E CONCEITO	607
23.2.	NATUREZA JURÍDICA.....	610
23.3.	LEGITIMIDADE	610
23.4.	COMPETÊNCIA.....	614

CAPÍTULO 24 – EXECUÇÃO..... 619

24.1.	1ª PECULIARIDADE: PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO E EXECUÇÃO POR FLUID RECOVERY	620
24.2.	2ª PECULIARIDADE: PREVISÕES PARTICULARES SOBRE OS MEIOS DE EXECUÇÃO	627
24.3.	3ª PECULIARIDADE: DESTINAÇÃO DO VALOR AO FUNDO DE DIREITOS DIFUSOS (ART. 13, LACP)	637
24.4.	4ª PECULIARIDADE: DESPESAS PROCESSUAIS.....	640
24.5.	5ª PECULIARIDADE: EXECUÇÃO NEGOCIADA.....	642

24.6. 6ª PECULIARIDADE: DELEGAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVAS A ENTIDADES DE INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA (EIE): CLAIMS RESOLUTION FACILITIES	642
--	-----

CAPÍTULO 25 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 645

25.1. INTRODUÇÃO	645
25.2. TUTELA COLETIVA.....	649
25.2.1. Decadência.....	649
25.2.2. Prescrição	651
25.2.3. Imprescritibilidade.....	659

CAPÍTULO 26 – AÇÃO POPULAR 663

26.1. HISTÓRICO E CONCEITO	663
26.2. OBJETO.....	664
26.3. COMPETÊNCIA.....	667
26.4. LEGITIMIDADE	670
26.5. POSIÇÃO DO MP	674
26.6. BINÔMIO ILEGALIDADE + LESIVIDADE	675
26.6. PROCEDIMENTO	680
26.7. SENTENÇA, REEXAME NECESSÁRIO, MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E COISA JULGADA... 682	
26.8. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	685
26.9. DISPOSIÇÕES FINAIS (DESPESAS PROCESSUAIS E PRESCRIÇÃO).....	686

CAPÍTULO 27 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 689

27.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	689
27.2. REQUISITOS.....	690
27.2.1. Ato de autoridade.....	690
27.2.2. Ilegalidade ou Abuso de Poder.....	692
27.2.3. Direito Líquido e Certo	692
27.2.4. Não cabimento de <i>Habeas Corpus</i> ou <i>Habeas Data</i>	694
27.2.5. Pressuposto Específico do MS Coletivo (Objeto)	695
27.3. COMPETÊNCIA.....	697
27.4. LEGITIMIDADE	704
27.4.1. Partidos políticos	704
27.4.2. Sindicatos, Entidade de Classe ou Associação	705

27.4.3. Outros Legitimados Ativos.....	706
27.4.4. Legitimidade Passiva.....	707
27.5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	708
27.6. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO MS.....	709
27.6.1. Hipóteses na Lei n. 12.016/09.....	709
27.6.2. Hipóteses Adicionais.....	713
27.7. PROCEDIMENTO.....	717
27.8. SENTENÇA, REEXAME E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO.....	722
27.9. FASE EXECUTIVA.....	725
27.10. DESISTÊNCIA.....	727
27.11. COISA JULGADA NO MS COLETIVO.....	728

CAPÍTULO 28 - MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO..... 731

28.1. INTRODUÇÃO.....	731
28.2. CONCEITO E FINALIDADES.....	733
28.3. PARÂMETRO E REQUISITOS.....	733
28.4. ESPÉCIES DE OMISSÃO (TOTAL OU PARCIAL) E PREJUDICIALIDADE.....	734
28.5. COMPETÊNCIA.....	735
28.6. LEGITIMIDADE NO MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO.....	737
28.7. PROCEDIMENTO.....	739
28.8. EFICÁCIA DA DECISÃO.....	741
28.9. COISA JULGADA E AÇÃO DE REVISÃO.....	743
28.10. DIFERENÇAS ENTRE ADO E MANDADO DE INJUNÇÃO.....	744

CAPÍTULO 29 - HABEAS CORPUS COLETIVO..... 747

29.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	747
29.2. ESPÉCIES DE PRISÃO.....	748
29.3. HABEAS CORPUS COLETIVO É POSSÍVEL?.....	750

CAPÍTULO 30 - HABEAS DATA..... 753

30.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	753
30.2. OBJETO.....	753
30.3. COMPETÊNCIA.....	755
30.4. LEGITIMIDADE.....	757

30.5. HABEAS DATA COLETIVO É POSSÍVEL?.....	758
30.6. PROCEDIMENTO	760
30.7. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E COISA JULGADA.....	761
30.8. DESPESAS PROCESSUAIS.....	762

CAPÍTULO 31 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....763

31.1. SISTEMA BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO.....	763
31.1. MORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	766
31.2. PROIBIDADE ADMINISTRATIVA.....	770
31.3. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	774
31.4. LEI N. 8.429/1992 E LEI N. 14.230/2021.....	775
31.5. NATUREZA JURÍDICA.....	776
31.6. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.....	779
31.7. COMPETÊNCIA.....	780
31.8. LEGITIMIDADE ATIVA.....	785
31.9. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	787
31.9.1. Sujeito Ativo Próprio	787
31.9.1.1. A polêmica dos Agentes Políticos e a solução dada pela nova Lei.....	788
31.9.1.2. Estagiário	790
31.9.1.3. Empregados e dirigentes de concessionárias e permissionárias de serviços públicos	790
31.9.1.4. Terceiro Setor	791
31.9.1.5. Partidos Políticos	791
31.9.1.6. Notários e Registradores.....	792
31.9.1.7. Herdeiros e sucessão empresarial.....	793
31.9.2. Sujeito Ativo Impróprio	794
31.9.3. Litisconsórcio.....	796
31.10. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	797
31.10.1. Natureza Jurídica.....	798
31.10.2. Evolução Legislativa	799
31.10.3. Legitimidade.....	801
31.10.4. Requisitos e resultados que devem ser obtidos com o acordo.....	802
31.10.5. Sanções	802
31.10.6. Momento de celebração.....	802
31.10.7. Atuação do Tribunal de Contas na apuração do valor do dano.....	802

31.11. INQUÉRITO CIVIL	803
31.12. PROCEDIMENTO	804
31.12.1. Tutelas Provisórias.....	804
31.12.2. Fases Postulatória e Instrutória	813
31.12.3. Fase Decisória	820
31.12.4. Cumprimento de sentença e unificação das sanções.....	823
31.12.5. Custas e Honorários Sucumbenciais	825
31.13. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IMPROBIDADE (SUJEITO, CONDUTA ÍMPROBA E ELEMENTO SUBJETIVO).....	825
31.13.1. Conduta Ímproba.....	825
31.13.1.1. Atos de Improbidade que geram Enriquecimento Ilícito.....	826
31.13.1.2. Atos de Improbidade que causam Lesão ao Erário.....	829
31.13.1.3. Atos de Improbidade que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública	833
31.13.2. Elemento subjetivo	836
31.14. SANÇÕES	838
31.14.1. Aplicação das Sanções.....	844
31.14.1.1. Dano ao Patrimônio Público e Aprovação pelo Tribunal de Contas	844
31.14.1.2. Cumulação de Sanções	845
31.14.1.3. Cassação de Aposentadoria.....	846
31.14.1.4. Pena de Perda do Cargo	846
31.14.1.5. Outros julgados interessantes.....	847
31.15. DA PRESCRIÇÃO.....	848
31.16. RESUMO DAS ALTERAÇÕES.....	853
BIBLIOGRAFIA.....	871